

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 ABRIL 2019



Nas Eleições Europeias de dia 26 de Maio, o Bloco apresenta-se como a alternativa ao bloco central, que conduziu um processo de integração desigual assente num quadro institucional que condiciona as políticas económicas e sociais e limita a democracia.

PS, PSD e CDS, que apoiaram e partilharam responsabilidades no rumo que tomou a União Europeia e a Zona Euro, trocam acusações sobre os cortes na política de coesão que a direita Europeia impôs e o Governo do PS se prepara para aceitar e desdobram-se em recriminações que tentam esconder a ausência de divergências de fundo sobre o futuro da Europa e do país. Nenhum destes partidos tem propostas que resolvam os desequilíbrios da União e todos têm atuado no pressuposto de uma obediência incondicional às imposições de Bruxelas ou mesmo no seu empenho em ir além dessas imposições.

O Bloco representa a rejeição desse quadro institucional, desde as regras orçamentais absurdas que minam a sustentabilidade do Estado Social, à arbitrariedade de uma Comissão Europeia que prossegue e impõe uma agenda que nunca foi sufragada democraticamente, passando pela opacidade do Banco Central Europeu. O Bloco recusa o absurdo caminho económico, exigindo um referendo sobre os tratados europeus para libertar os países de restrições que limitam o investimento no Estado social, a recuperação económica e as políticas de desenvolvimento. O Bloco exigirá a reestruturação da dívida como instrumento imprescindível de uma política para o emprego e para a refundação dos serviços públicos. O Bloco imporá a urgência da transição energética contra a negligência da eurocracia e o poder dos lobbies. O Bloco bater-se-á pelo fim da corrida para o fundo em salários e direitos laborais que tem marcado a União Europeia, defendendo um programa europeu contra o dumping laboral, assente na proteção contra a precariedade, a contratação coletiva e o apoio ao aumento dos salários. O Bloco combaterá pelos pilares do Estado social, protegendo o investimento das restrições e dos ataques da finança e da obsessão austeritária.

No combate das Eleições Europeias, o Bloco não esquece, no entanto, muitas das escolhas políticas do último ciclo político, mesmo que condicionadas por pressões das instituições europeias incorporadas pelos governos nacionais. Assim como o Governo de Passos Coelho afirmou publicamente que queria ir além do memorando da Troika, usando a intervenção das instituições europeias em Portugal como um pretexto para um ajuste de contas com o Estado social e os direitos do trabalho, também o governo de António Costa fez questão de exceder as metas orçamentais, já de si insensatas, na busca de um défice zero, que é absurdo do ponto de vista das necessidades de desenvolvimento do país. As opções ruins tomadas para o sistema financeiro resultaram da incapacidade de confrontar a Europa, sacrificando o país, a sua economia e as próprias contas públicas. Os recursos financeiros que faltam aos serviços públicos e ao investimento, nunca faltaram para a implementação da política de limpar bancos para os oferecer novamente aos privados.

A grande lição do ciclo político que agora se encerra é a de que o país ganhou quando escolheu o seu caminho e perdeu quando permitiu que fosse Bruxelas a determiná-lo. Foi por força do acordo com o Bloco de Esquerda que o salário mínimo aumentou quase 20% em 4 anos e as pensões foram descongeladas. Ao ignorar as pressões europeias, o país ganhou, combatendo a pobreza e aumentando o poder de compra de centenas de milhares de trabalhadores. Nenhuma das profecias da direita e dos dirigentes europeus se confirmou. O aumento do salário mínimo coincidiu com uma franca expansão das exportações e com a maior diminuição do desemprego do período de vigência do Euro.

O Bloco será a voz dessa insubmissão. O Bloco apresenta-se com outras forças transformadoras da Esquerda Europeia por uma Europa da solidariedade contra os tratados que constitucionalizaram a desigualdade, a divergência e a crise social que hoje abre caminho à extrema-direita. O discurso de ódio avança através de organizações que a direita ajudou a naturalizar, mas avança também dentro das próprias instituições europeias e dos partidos do centro político. As promessas de combate à extrema-direita feitas pelos partidos do

centro são acompanhadas pela incorporação política gradual de partes do seu discurso, aproveitando a discriminação, a perseguição e a violência como válvulas de escape e ferramentas de repressão contra as alternativas necessárias. O Bloco rejeita a escolha que o centro procura impor, entre o percurso de uma integração injusta e disfuncional e os fantasmas do passado que essa integração contribuiu para mobilizar.

Lado a lado, agora o povo. É esta a esquerda com que o Bloco fará o seu caminho. Uma esquerda que defende a soberania democrática, numa Europa refundada nos direitos do trabalho e no Estado social, em que democracias de alta intensidade se reforcem nos direitos de quem trabalha, aberta ao mundo e à sua responsabilidade, determinada e empenhada na cidadania e na resposta a emergência ambiental. Uma outra Europa no mesmo lugar.

A 8 de março teve lugar a maior manifestação do dia da Mulher alguma vez realizada em Portugal. Este foi também o ano em que Portugal se juntou à greve feminista internacional. Uma greve social, mas também laboral e que contou com pré-avisos de cinco sindicatos. Estão criadas as condições para, em 2020, existir uma convocatória alargada para a greve feminista.

Para a grande mobilização de 8 de março contribuíram os chocantes homicídios de mulheres ocorridos nas primeiras semanas do ano, bem como a divulgação de decisões judiciais que protegem agressores e culpabilizam as vítimas de crimes de violência doméstica e violência de género.

Muitas mulheres jovens, e também homens, se juntaram na rua para dizer que não aceitam mais a violência contra as mulheres. Este movimento teve já como efeito alterações na posição do governo e dos vários partidos: a especialização de júzós ou medidas reforçadas de afastamento dos agressores, propostas pelo Bloco de Esquerda em 2018 e rejeitadas no parlamento, têm hoje aprovação anunciada.

A esse conjunto de alterações legislativas pré-anunciadas, o Bloco de Esquerda junta duas novas propostas: o estabelecimento do estatuto de vítima para crianças que são expostas à violência doméstica e a possibilidade de recurso de todas as decisões judiciais que ofendam os valores da Constituição da República Portuguesa. Não podemos aceitar que sejam irrecorríveis sentenças que, como as de Neto Moura, entre muitas outras, se sustentam numa fundamentação que ofende os direitos humanos e princípios constitucionais como a não discriminação.

A 15 de março teve lugar a primeira greve pelo clima. Estudantes portugueses juntaram-se ao movimento internacional de exigência de ação para travar as alterações climáticas e realizaram uma das maiores manifestações estudantis dos últimos anos em Portugal. O repto é claro: é necessária ação já para salvar o planeta e as nossas vidas. O futuro é agora.

No dia 24 de maio terá lugar uma nova greve climática estudantil, que reclama o encerramento das centrais a carvão e o fim todas as concessões para prospecção e exploração de gás e petróleo.

O Bloco está solidário com os estudantes e as suas reivindicações, que têm sido parte integrante das nossas propostas. Parar o carvão e os furos e investir na reconversão energética são centrais na nossa proposta política.

A decisão de apresentar um Plano Ferroviário Nacional, que permita substituir o transporte rodoviário de pessoas e mercadoria pela ferrovia, é parte integrante do compromisso do Bloco de Esquerda de combate às alterações climáticas. A coesão territorial e a criação de emprego são objetivos prosseguidos pela agenda climática, assim como a melhoria da mobilidade e a recuperação de rendimentos.

A medida do passe único dos transportes é exemplar de como se pode associar política económica, social e ambiental: mais rendimento disponível para as famílias, mais mobilidade e menos emissões de CO₂. É agora necessário garantir o investimento nos transportes coletivos e que, conforme a proposta do Bloco aprovada no parlamento, o passe único se estenda a todos os movimentos pendulares (incluindo aqueles que atravessam mais de uma Comunidade Intermunicipal ou entre estas e as áreas metropolitanas).

São necessárias novas respostas e a recuperação ecológica para que a natureza se restabeleça e para revertermos o caminho das alterações climáticas. A artificialização dos cursos de água tem trazido vários problemas ao país e ao mundo com a disponibilidade hídrica reduzida drasticamente e com um aumento brutal das emissões de metano e a eutrofização da água. A estagnação das águas em lagos artificiais combinadas com altas temperaturas implica igualmente uma menor disponibilidade de água para consumo e produção alimentar e uma maior incidência de poluição. A decisão sobre o cancelamento da Barragem de Fridão está iminente e o próprio Ministro do Ambiente já reconheceu que esta barragem não trará benefícios energéticos relevantes. Esta barragem deve ser cancelada.

lada, por ser um erro ambiental e colocar Amarante em risco. O dever assumido pela EDP da construção desobrigado, sem qualquer lugar a indemnizações. Outras barragens propostas para o país, nomeadamente a barragem do Alvito proposta para o rio Tejo, têm sido visibilizadas e apresentadas como etapa seguinte, mas correspondem principalmente aos interesses do agronegócio intensivo, que anseia pela mimetização de modelos de regadio altamente destrutivo para regiões onde a disponibilidade de água é cada vez menor. O Bloco opor-se-á inequivocamente a estas barragens que em nada beneficiam as populações ou a viabilidade dos territórios.

O Bloco de Esquerda tem-se batido pela despoluição e regularização de caudais do Tejo. Não esquecemos que, às questões do tratamento de águas e do combate à impunidade das indústrias poluidoras, acresce o perigo nuclear e mantemos a exigência de desmantelamento da central nuclear de Almaraz.

Na 20ª marcha da associação animal, o Bloco de Esquerda reafirmou o seu compromisso com uma sociedade respeitadora dos animais. Acompanhamos a Iniciativa Legislativa de Cidadãos a ser entregue brevemente pela associação Animal na Assembleia da República e rerepresentaremos o projeto pelo fim ao financiamento público das touradas.

Temos assistido a um crescente de mobilização e contestação em diversos setores. Esse movimento é expressão da expectativa popular nesta legislatura e exige-nos o aprofundamento do caminho de recuperação de rendimentos do trabalho.

A alteração à legislação laboral, recuperando a contratação coletiva e combatendo a precariedade, é um passo decisivo para responder a esta exigência. Também a Lei de Bases da Habitação e a concretização de Estratégias Locais de Habitação devem responder à urgência da crise habitacional, mas só o fará se for capaz de criar os mecanismos de combate à especulação imobiliária e de aumento da oferta de habitação pública. Em ambos os casos, o Partido Socialista tem recusado uma negociação consequente à esquerda.

No caso da Lei de Bases da Saúde, a enorme mobilização em torno do SNS impôs ao Partido Socialista a abertura para uma negociação com o Bloco de Esquerda. Este foi um processo impulsionado pela proposta elaborada por João Semedo e António Arnaut e que o Bloco de Esquerda apresentou no parlamento há quase um ano. O Partido Socialista começou por defender uma revisão da lei que não se afastava substan-

cialmente da lei construída pela direita, mas está hoje em aberto um processo negocial que tem três pilares essenciais: fim das taxas moderadoras que se constituem como bloqueios no acesso à saúde, fim das PPP na gestão das unidades de saúde do SNS e redução significativa da contratualização do Estado com os privados, que deve acontecer apenas de forma supletiva e temporária nos casos em que não existe resposta pública. A Lei de Bases de 1990, do PSD e CDS, fragilizou o SNS ao promover a transferência de recursos do público para o privado. Essa lei prevê que o SNS possa prescindir, por exemplo, dos seus profissionais e das suas camas de internamento para, dessa forma, criar um mercado da saúde apetecível aos grupos económicos. Só nos últimos 10 anos, o SNS perdeu 3036 camas, enquanto o privado cresceu em quase 2000 camas. A redução de camas públicas não aconteceu por desnecessidade dessas camas para o SNS, aconteceu para transferir o orçamento do SNS para operadores privados. Atualmente existem hospitais públicos a contratualizar dezenas de camas com hospitais privados e a gastar milhões de euros anuais, dinheiro que poderia e deveria estar a ser investido no aumento de resposta do SNS.

O Bloco de Esquerda rejeita as ameaças de veto presidencial ou qualquer outra forma de condicionar uma nova Lei de Bases da Saúde a um entendimento com a direita; PSD e CDS nunca defenderam o SNS e são os autores da lei que o estrangula. Salvar o SNS exige escolhas claras.

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio são momentos de reivindicação em torno do Estado Social e dos direitos de quem trabalha, pilares da democracia. O Bloco de Esquerda participa nestas manifestações e apela a uma ampla mobilização popular.

O Bloco de Esquerda acompanha com preocupação o desenvolvimento da campanha eleitoral em Israel, **marcada por ameaças do atual Primeiro-ministro e candidato ao cargo, Benjamin Netanyahu, com a disposição de tropas na fronteira de Gaza e com referências a uma eventual anexação da Cisjordânia. O Bloco reafirma a sua solidariedade com o povo palestino e repudia veementemente mais esta provocação israelita que viola grosseiramente o Direito Internacional.**